

Projeto de extensão “Controle social: aprenda a ser um auditor social”: relato de oficinas temáticas

Project of extension “Social Control: Learn to be a social auditor”: report of thematic workshops

RESUMO

O objetivo deste relato de experiência é descrever a atividade de auditoria social desenvolvida por intermédio de oficinas pedagógicas temáticas. Este relato resume a oferta de dez oficinas temáticas sobre formação de auditor social, no âmbito do projeto de extensão “Controle Social: aprenda a ser um auditor social”, em Brasília, Brasil, realizado pelo curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB). O projeto de extensão tem o intuito de capacitar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral para exercer o controle social da gestão governamental. A metodologia de oficinas pedagógicas temáticas foi desenvolvida no âmbito do projeto de extensão por Costa et al. (2014). Entre os anos de 2014 e 2017, o projeto certificou noventa e nove participantes. Concluiu-se que a experiência foi exitosa e contribuiu para reflexão sobre a necessidade de amadurecimento da metodologia de oficinas temáticas e o planejamento da oferta para atendimento de diferentes públicos, como crianças e idosos.

Palavras-chave: Controle social. Educação fiscal. Paulo Freire. Oficinas temáticas. Auditor social.

ABSTRACT

The objective of this report is to describe a social audit activity developed through thematic pedagogical workshops. This experience report compress an offer of consulting tasks in the area of social audit training, in the scope of the extension project “Social control: learn to be a social auditor”, in Brasília, Brazil, conducted by the course of Accounting Sciences of the University of Brasília (UnB). The extension project aims to empower an academic community and society in general to exercise social control over governmental management. The methodology of thematic pedagogical workshops was developed in the extension project scope by Costa et al. (2014). Between 2014 and 2017 the project certified ninety-nine participants. It was concluded that the experience was successful and contributed

Ana Lídia Carneiro Almeida

Graduanda em Ciências Contábeis na Universidade de Brasília, Brasil (anaa_lidia@hotmail.com).

Jéssica Belo Macêdo

Graduanda em Ciências Contábeis na Universidade de Brasília, Brasil (jessicabelo11@gmail.com).

Katiana Guimarães Corrêa

Graduanda em Ciências Contábeis na Universidade de Brasília, Brasil (katiangc10@gmail.com).

Abimael de Jesus Barros Costa

Doutor em Transportes pela Universidade de Brasília, Brasil; professor adjunto nível I da Universidade de Brasília, Brasil (acosta@unb.br).

to the reflection on the need for maturation of the methodology of thematic workshops and the planning of the offer to attend different audiences, such as children and elderly.

Keywords: Social control. Tax education. Paulo Freire. Workshops. Social auditor.

INTRODUÇÃO

O início do projeto de extensão na UnB

O Distrito Federal tinha apenas dois anos quando Brasília ganhou sua Universidade Federal. A Universidade de Brasília (UnB) foi inaugurada em 21 de abril de 1962, com a promessa de reinventar a educação superior, entrelaçar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do país. A construção do campus Darcy Ribeiro foi idealizada pelo antropólogo Darcy Ribeiro, que definiu as bases da instituição, pelo educador Anísio Teixeira, que planejou o modelo pedagógico, e pelo arquiteto Oscar Niemeyer, que transformou as ideias em prédios (UNB, 2018). A instituição possui, atualmente, quatro campi, sendo estes em Brasília (Campus Darcy Ribeiro), Planaltina (Faculdade UnB Planaltina), Gama (Faculdade UnB Gama) e Ceilândia (Faculdade UnB Ceilândia).

Em 2011, a Universidade de Brasília (UnB), por intermédio do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), lançou edital de projetos com financiamento de bolsas permanência para alunos com vulnerabilidade socioeconômica. No primeiro projeto, “Programa bolsa permanência: indicadores de gestão versus indicadores de desempenho dos alunos de graduação da UnB”, participaram três alunos calouros. No segundo projeto, “Programa bolsa permanência: financiamento governamental da mobilidade urbana para a COPA 2014 no Distrito Federal”, participaram dois alunos.

Em 2013, com a conclusão dos projetos citados e pela iniciativa dos alunos, a proposta evoluiu para o projeto de extensão “Controle social: aprenda a ser um auditor social”. Então, foi possível criar esse projeto de extensão pela iniciativa dos alunos e dos professores pesquisadores parceiros e pela necessidade de institucionalizar as contribuições para

a sociedade, por exemplo, participação em congressos e realização de palestras sobre as experiências dos projetos concluídos.

Assim, o referido projeto tem o intuito de capacitar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral para exercer o controle social da gestão governamental. Após a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Acesso à Informação Pública (LAI), a sociedade brasileira pode exercer o direito constitucional de fiscalizar a gestão pública. Logo, cada brasileiro poderá ser um auditor social. As ofertas de oficinas temáticas para oportunizar o debate e a capacitação de qualquer pessoal da sociedade é uma forma de garantir a aplicação prática dessas leis, ou seja, capacitar a população para conhecer e auditar as finanças públicas. Para Costa e Nascimento (2017) a experiência do governo de Honduras com o fomento à auditoria social é um exemplo para o Brasil. A auditoria social é o processo de participação cidadã com a finalidade de acompanhar os processos da gestão pública, buscando assegurar uma execução transparente dos programas e projetos governamentais, fortalecer a democracia e impulsionar o desenvolvimento social e econômico (COSTA; NASCIMENTO, 2017).

No âmbito do projeto, o Laboratório de Práticas em Finanças e Gestão Governamental (LABGOV), realiza pesquisas científicas, com orientação de professores mestres e doutores, relacionadas aos temas do projeto. No laboratório, são realizadas as reuniões dos pesquisadores e a organização logística das oficinas e analisados os dados nelas adquiridos, o que promove maior interação e discussão entre os pesquisadores.

As oficinas têm por objetivo orientar a comunidade acadêmica e a sociedade a respeito do acesso às informações disponíveis na internet, visando: (i) apresentar conceitos relacionados a Controle Social e a Transparência Pública; (ii) apresentar as funcionalidades do e-SIC-Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão, dos Portais de Transparência e do sítio da Ouvidoria do DF; (iii) acessar os portais e-SIC, Portais de Transparência e de Ouvidorias; (iv) aplicar questionários para coleta de dados. Os produtos gerados pelas oficinas são artigos, monografias, cartilhas e fôlderes.

Por fim, este relato de experiência está dividido em quatro partes. A primeira trata-se dessa breve introdução. A segunda aborda outras

experiências de extensão universitária que corroboram com a experiência em tela. Na terceira parte, apresenta-se a experiência da UnB com a oferta de oficinas temáticas sobre Controle Social. Por fim, na quarta parte, são expostas as considerações finais e agradecimentos.

Experiências de extensão na literatura

No que se refere ao recorte deste relato de experiência de extensão universitária, ressalta-se que o tema, também, é explorado de forma direta ou indireta por diversos pesquisadores de áreas multidisciplinares, na Educação, na Sociologia, na Economia, na Administração, na Contabilidade, entre outras. Nesse tocante, por exemplo, citam-se os relatos de experiências de Baptista (2012), Permínio, Leitão e Miranda Júnior (2012), Nogueira (2013), Bartilotti et al. (2015), Feltre (2015), Lima Filho e Gomes (2016), Firme e Silva (2016) e Silva et al. (2017).

Sobre a importância dos projetos de extensão no âmbito acadêmico, Nogueira (2013) analisa o papel das universidades na conscientização da sociedade. A atuação da extensão universitária possibilita à universidade cumprir sua função social e fornece condições para que a Academia se volte para o atendimento de demandas urgentes da população e reconstrução de uma sociedade mais justa. Já a experiência de Bartilotti et al. (2015) ao tratar de relatos de experiência de projeto de extensão, destaca a importância da consciência política e engajamento na busca por direitos, enfatizando, ainda, a procura por dados governamentais no aprimoramento do controle social.

Sobre exemplos de experiências de extensão na Universidade voltados para área de formação ética e moral da sociedade, Baptista (2012) trata sobre os cursos de extensão fornecidos pela UnB desde 2009 acerca de ética na Administração Pública. Esse curso fornece subsídios, tanto para a implementação e divulgação de códigos de conduta, quanto para a elaboração de cursos de capacitação na respectiva área, de forma a promover princípios constitucionais e éticos como transparência, integridade, livre acesso à informação, prestação de contas, sustentabilidade e implementação de boas práticas de conduta na administração pública brasileira.

Permínio, Leitão e Miranda Júnior (2012) corroboram com os autores

sobre a importância da extensão no meio acadêmico ao tratar, em seu projeto, sobre a aproximação da sociedade com o orçamento público, desmistificando as dificuldades do tema e inserindo noções orçamentárias básicas na comunidade. O projeto referente ao trabalho visa salientar a relevância da atuação dos cidadãos na destinação e controle dos gastos públicos, valorizando o diálogo e o orçamento participativo. O senso de justiça social ganha força frente às dificuldades enfrentadas pela comunidade, em que a equidade social é almejada. O controle do orçamento público é fundamental na promoção da eficiente alocação de recursos públicos e um grande avanço para mitigar a prática da corrupção.

A participação da sociedade na conscientização acerca da política, transparência e controle social tem espaço em diversos temas de projetos de extensão. Sobre o tema, Feltre (2015) trata dos desafios inerentes em um observatório de políticas públicas realizado na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, constituindo uma forma de obtenção de transparência nas tomadas de decisão da Administração Pública, abrangendo União, Estados e Municípios e demonstrando a eficácia de um projeto de extensão quando vinculado às vertentes de ensino e pesquisa que devem ser indissociáveis.

Com outro olhar, Lima Filho e Gomes (2016) analisaram a educação como ferramenta de mudança social e ingresso em universidades públicas. Ao afirmarem que a educação é uma ferramenta de transformação da realidade e formação de cidadãos conscientes e mais distantes da alienação, os autores tratam da importância em desenvolver projetos de extensão que visem o crescimento intelectual e essa mudança positiva que só o saber é capaz de promover. O trabalho aborda a formação de cidadãos a partir de ações comunitárias provenientes de um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por meio do fornecimento de aulas gratuitas para alunos do Ensino Médio com foco no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), de forma a promover a ascensão dos alunos ao ensino superior.

No que se refere à importância da tecnologia no desenvolvimento da extensão na comunidade acadêmica e em projetos de extensão, Firme e Silva (2016) tratam sobre os avanços para a sociedade advindos do desenvolvimento tecnológico. A tecnologia trouxe avanços

inquestionáveis para a sociedade e a sistematização contribui em muitos projetos gerando facilidade no acesso, automação, organização etc. A cada dia os avanços tecnológicos auxiliam na resolução de problemas sociais e acarretam muitos benefícios, como a sistematização do acesso a dados governamentais e a promoção da participação ativa da comunidade, por exemplo. O artigo em referência trata de um projeto de extensão em que se almeja o letramento científico e tecnológico, ou seja, a ampliação das possibilidades de participação de cidadãos visando o exercício de sua cidadania e a formação de uma sociedade mais democrática quanto ao poder de decisão sobre aplicações e implicações da ciência e tecnologia na sociedade.

Ainda a respeito de relatos de experiência de extensão, por fim, Silva et al. (2017) compartilharam a contribuição de educação nutricional para o incentivo do consumo do pescado entre escolares do ensino fundamental em Palmas, Tocantins. A experiência em tela se apresentou como principal contribuição e uma ferramenta para promoção da saúde, visto que é um meio barato e simples de levar informações aos mais diversos grupos sociais. Essa experiência contou com a participação de alunos da educação básica e o método utilizado empregou atividades lúdicas e aplicação de questionários.

Na próxima seção será abordada, em detalhes, a experiência da UnB em ofertar oficinas temáticas no âmbito do projeto de extensão “Controle social: aprenda a ser um auditor social”.

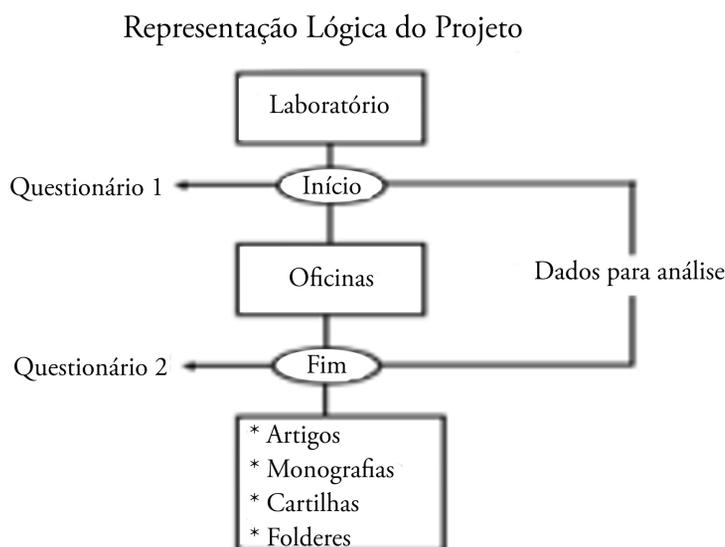
O relato da experiência

O projeto de extensão “Controle social: aprenda a ser um auditor social” pode ser dividido em duas grandes ações. A primeira é representada pelo Laboratório de Práticas de Finanças e Gestão Governamental (LABGOV). A segunda é a oferta de oficinas temáticas sobre Controle Institucional, Transparência Ativa e Transparência por Demanda.

Durante a realização das oficinas são aplicados dois questionários aos participantes, sendo um para informações sobre a experiência deles com os temas voltados ao controle social e o segundo sobre a oferta da oficina. Os dados obtidos são utilizados no âmbito do LABGOV para realização de pesquisas científicas. A representação lógica do

projeto de extensão consta na Figura 1, a seguir:

Figura 1 – Representação lógica do projeto de extensão.



Fonte: Os autores (2018).

A UnB, por intermédio do Decanato de Extensão (DEX), fomenta a oferta de atividades de extensão. A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE/UnB), por meio do Departamento de Ciências Contábeis e Atuárias (CCA), aprovou a criação, em 2013, do projeto.

A metodologia de oficinas temáticas foi desenvolvida no âmbito do projeto de extensão por Costa et al. (2014) e foi publicada no Periódico Participação do Decanato de Extensão de UnB.

O público-alvo do projeto de extensão é a comunidade acadêmica e sociedade em geral. No caso da UnB, a região escolhida para atuação das dez oficinas iniciais foi a do Campus Darcy Ribeiro, visto que essa localidade possui uma comunidade acadêmica ampla, contando com, segundo o Anuário Estatístico da UnB (2017), 2.492 professores, 50.000 alunos de graduação, mestrado e doutorado e 3.159 servidores técnicos administrativos.

A comunidade beneficiada não se restringe somente à comunidade acadêmica do campus em questão, pois o projeto estará aberto para

participação de alunos dos outros *campi* e da sociedade em geral. No Quadro 1, abaixo, é detalhada a metodologia pedagógica das oficinas temáticas do projeto de extensão.

Quadro 1 – Metodologia pedagógica da oficina temática.

AÇÕES	ATIVIDADES	TEMPO
Esclarecimentos sobre o Programa de Extensão	Apresentação das atividades da oficina e do projeto	25 minutos
Sensibilização	Exposição de conceitos relacionados a Controle Social e Transparência Pública	30 minutos
Provocação	Discussão dos instrumentos de Controle Social e Transparência Pública disponíveis na internet	30 minutos
Intervalo	Socialização do grupo	15 minutos
Atividade Prática	Acesso aos portais de Transparência e-SIC e/ou Ouvidorias	80 minutos
Encerramento	Aplicação de questionário	20 minutos

Fonte: Os autores (2018).

Na próxima seção será detalhada a metodologia aplicada nas oficinas temáticas, o perfil dos participantes e uma síntese das dez oficinas ofertadas entre 2014 e 2017.

Oficinas temáticas: metodologia pedagógica

O planejamento das oficinas contempla duas fases. A primeira fase é a confirmação do professor-moderador que define a data da oferta. A segunda fase consiste na reserva de laboratório disponível que tenha capacidade para 40 cursistas por quatro horas, a divulgação da oficina por intermédio de cartazes, na área de comunicação institucional, e por e-mail institucional. A logística da oficina representa a visita no local para conhecer as condições do laboratório, ou seja, verificar se os computadores estão em funcionamento, se a internet está habilitada em todos os pontos de rede, se existe projetor multimídia no laboratório, a localização dos banheiros e bebedouros, bem como certificar se existe lanchonete nas proximidades.

As oficinas iniciam-se com a contextualização do projeto dentro do ambiente acadêmico. Na sequência, o professor-moderador apresenta os detalhes do projeto, momento em que enfatiza o objetivo de capacitar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral para o exercício do controle social da gestão governamental. São apresentadas informações gerais sobre as Leis de Responsabilidade Fiscal (LRF) e de Acesso a Informação (LAI).

O professor-moderador explica a finalidade da oficina que tem com proposta temática algo relacionado com controle social, controle institucional, transparência ativa e transparência por demanda. O participante é sensibilizado para a possibilidade de que o controle social seja exercido pela sociedade por meio de denúncias, participação em audiências públicas, acesso a portais de transparência, demandas via e-SIC, entre outros. Dessa forma, a educação fiscal é fundamental para garantir o controle social, visto que boa parte da população brasileira possui conhecimento insuficiente para exercer tal controle. Por fim, a atividade prática é proposta para facilitar a compreensão entre teoria e prática.

Perfil dos participantes (2014-2017)

O perfil dos participantes foi analisado por intermédio de questionários aplicados durante as dez primeiras oficinas temáticas ofertadas pelo projeto entre os anos de 2014 e 2017. Ao todo foram analisados 99 (noventa e nove) questionários, sendo 46% de participantes do sexo feminino e 54% de participantes do sexo masculino.

Ao analisar o perfil dos respondentes e sua respectiva profissão, percebeu-se um elevado percentual de pessoas presentes nas oficinas que estão inseridas no meio acadêmico como estudantes, sem outra ocupação. O segundo grupo mais presente foram profissionais da carreira pública, seguida de profissionais da área privada. Ao realizar perguntas a respeito dos instrumentos de controle social abordados nas oficinas, procurou-se avaliar a utilização destes e o conhecimento dos participantes acerca de cada um, sendo os instrumentos, por exemplo, o Portal da Transparência, Ouvidoria e Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).

O portal da transparência se destacou dentre os três por ser o mais

acessado, uma vez que 77,8% dos questionados já acessaram esse instrumento ao menos uma vez. O resultado é consideravelmente diferente em relação aos outros. A análise aponta que apenas 17% já utilizaram Ouvidoria para adquirir informações e 11%, o e-SIC. O baixo percentual de acessos à plataforma do e-SIC pode ser reflexo da falta de conhecimento de sua disponibilidade. Ao serem questionados se possuíam ou não conhecimento acerca desse instrumento de controle, 74,6% responderam que, anteriormente à oficina, não conheciam o e-SIC. Isso mostra a necessidade de maior visibilidade a mecanismos de controle, uma vez que a comunidade ainda demonstra falta de familiaridade acerca do processo de controle social.

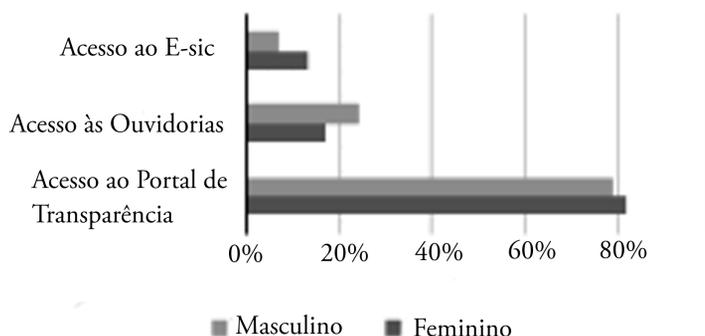
Os resultados da análise também foram analisados tendo por base a ocupação e a escolaridade dos responsáveis pelas respostas. Em relação aos estudantes, 85,18% ainda não havia acessado a Ouvidoria até então. Os profissionais da carreira pública obtiveram o mesmo percentual em relação à utilização da ouvidoria. Ao tratar do e-SIC, 92% dos estudantes não haviam acessado o e-SIC durante sua vida acadêmica.

Ao relacionar a utilização dos portais de transparência – o instrumento mais conhecido, de acordo com os resultados das análises – com a escolaridade dos participantes das oficinas, temos percentuais mais elevados. Aqueles que possuem apenas ensino médio ou ensino superior incompleto obtiveram um percentual de 70%. Sendo assim, 70% deles já haviam acessado o Portal da Transparência. Em relação àqueles que possuem ensino superior, 87,7% já havia acessado o portal.

O questionário aplicado nas oficinas também se propôs a avaliar os resultados da utilização das plataformas de acordo com o gênero. Em relação ao sexo feminino, 82% já havia acessado o Portal da Transparência anteriormente à oficina. Ao serem questionadas sobre o acesso ao e-SIC e às Ouvidorias, temos percentuais de 13% e 17%, respectivamente. Em relação ao gênero masculino, temos percentuais de 79%, 24% e 7% para o acesso ao Portal da Transparência, acesso a Ouvidoria e ao e-SIC, respectivamente.

O Gráfico 1, abaixo, mostra os percentuais de acesso das plataformas relacionando-os com o gênero dos participantes.

Gráfico 1- Acesso aos Instrumentos de Transparência por Gênero.



Fonte: Os autores (2018).

As oficinas temáticas (2014-2017)

A primeira oficina do projeto foi ofertada no dia 18 de janeiro de 2014, das 14h às 18h, e o tema abordado foi instrumentos de controle social da LRF e da LAI. A oficina contou com a participação de 12 cursistas com duração total de quatro horas, com uma pequena pausa de 15 minutos para intervalo. A dinâmica da oficina foi dividida em três partes: exposição, parte prática com a manipulação do portal da transparência e o preenchimento dos questionários. Durante o segundo semestre de 2014, foram ofertadas três oficinas com os seguintes temas: (i) Controle Social e Controle Institucional (interno e externo); (ii) Controle Social e Transparência Ativa; e (iii) Controle Social e Transparência por demanda.

A segunda oficina abordou a mesma temática da primeira. A terceira oficina sobre Controle Social e Controle Institucional abordou a contribuição do controle interno e externo para o controle social da gestão governamental. Para elucidar a temática, foi abordada a funcionalidade da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União. Participaram da oficina 17 cursistas. A quarta oficina, sobre Controle Social e Transparência Ativa versou acerca da contribuição dos portais de transparência para o fortalecimento do controle social. A partir de caso prático, no qual se explorou as informações disponíveis no portal da transparência do Governo Federal, objetivou-se motivar os participantes a se tornarem auditores

sociais. Participaram da oficina 15 cursistas. As demais oficinas foram ofertadas em 2014, 2015, 2016 e 2017; ao todo o projeto contou com 99 participantes nas dez primeiras oficinas do projeto de extensão ofertadas entre 2014 e 2017.

Os materiais utilizados durante a oferta das oficinas foram fôlderes com informações gerais; cartazes de divulgação; banners; fichas de inscrição dos participantes; lista de presença; lista de interessados na próxima oferta; dois questionários impressos, sendo o primeiro com informações a respeito do conhecimento prévio sobre controle social e o segundo com informações a respeito da avaliação da oficina; caneta esferográfica; pincel para quadro branco; laboratório de informática com acesso à internet; projetor de multimídia; notebook; e sala com capacidade para quarenta participantes.

No período entre 2014 e 2017, o projeto de extensão contabilizou os seguintes produtos: oferta de dez oficinas temáticas; confecção de fôlderes temáticos para as oficinas; exposição do projeto nas Semanas Universitárias de iniciação científica e de extensão; desenvolvimento de pesquisas de iniciação científica; desenvolvimento de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC); artigos publicados em periódicos e congressos científicos, por exemplo, Costa et al. (2014), Costa e Nascimento (2017) e Torlig e Resende Junior (2018) entre outros; e participação em editais de fomento e bolsas de pesquisa.

Aos participantes, professores e equipe de apoio, a UnB ofertou certificado de extensão. Além disso, o grupo de professores pesquisadores concluiu que a metodologia proposta necessita ser testada com maior diversidade de público para ganhar maior robustez, porém, o modelo de oficinas temáticas é consistente e pode ser replicado em outras realidades, como espaços públicos de massa, a exemplo o metrô, a rodoviária e escolas de ensino básico e médio.

No entanto, a cada oferta de novas oficinas temáticas a metodologia poderá ser ajustada e dados serão obtidos para subsidiar novas pesquisas sobre o tema “Controle Social”. O grupo de professores pesquisadores entende que devido à infraestrutura mínima necessária para oferta de novas oficinas poderá haver certa dificuldade logística na oferta para grandes públicos, por exemplo, para crianças ou idosos, porém, tudo pode ser adaptado. Por fim, o grupo decidiu aguardar a oferta

de novas oficinas para analisar uma amostra maior de respondentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato de experiência compartilha com a comunidade científica e a sociedade em geral a contribuição do projeto de extensão “Controle social: aprenda a ser um auditor social”. Ressalta-se que a sociedade tem interesse em conhecer como funciona a Administração Pública, mas as limitações impostas como a linguagem técnica e o conhecimento especializado são entraves para o exercício do “Controle Social”.

Ao concluir a oferta das dez primeiras oficinas temáticas com temas sobre Controle Social, Controle Institucional e Transparência Pública, e contar com a participação de mais de 90 participantes, esse projeto colheu diversos frutos. Foi possível disseminar conceitos e temas relevantes, recolher dados que serão analisados e novas percepções poderão ser divulgadas a respeito de como contribuir para a formação de futuros auditores sociais.

A efetividade do projeto de extensão pode ser comprovada logo durante a oferta das oficinas. Os participantes são provocados a exercer o controle social demandando informações complementadas divulgadas nos portais de transparência dos governos locais ou federal, obtendo informações e dados não disponíveis via o e-SIC, sendo multiplicadores dos conhecimentos adquiridos e replicando as oficinas temáticas nas suas comunidades, nas redes sociais e em outros espaços de diálogo.

Por fim, o projeto de extensão cumpriu o seu objetivo, visto que durante o período de 2014 a 2017, e considerando a oferta das dez oficinas temáticas, vem capacitando multiplicadores. Além disso, o conhecimento produzido em sala de aula está sendo disseminado e compartilhado com toda a sociedade por intermédio de produtos, materiais didáticos, pesquisas científicas e palestras sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, L. P. Proposta do curso de extensão universitária “Ética na

administração pública”. **Participação**, Brasília, n. 21, p. 67-71, 2012.

BARTILOTI, A. S. et al. Demandas repetitivas: litígios de uma insuficiência política. **Interfaces**: Revista de Extensão, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 111-116, jul./dez. 2015.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 maio 2000. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em 22 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 novembro 2011 – edição extra. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em 22 jan. 2018.

COSTA, A. J. B. et al. **Financiamento da mobilidade urbana no DF para copa de 2014**: uso de instrumentos de controle social. In: SEMINÁRIO DE CONTABILIDADE DA FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2., 2013, Goiânia. Disponível em: <<http://ccontabeis.face.ufg.br/seminario/index.php/teste/IISCONT/paper/view/22>> Acesso em: 27 jan. 2018.

COSTA, A. J. B. et al. Controle social: oficina temática como metodologia pedagógica para formação de auditor social. **Participação**, Brasília, v. 26, p. 27-38, 2014.

COSTA, A. J. B.; NASCIMENTO, A. P. S. **Educação fiscal**: competências e habilidades de um auditor social. In: CONFERÊNCIA SULAMERICANA DE CONTABILIDADE AMBIENTAL, 5., 2017, Brasília. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/23804>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

FELTRE, C. A atividade de extensão e suas correlações institucionais: os desafios de um observatório de políticas públicas. **Participação**, Brasília, n. 28, p. 15-22, 2015.

FIRME, R. N.; SILVA, P. N. Analisando modelos de comunicação da ciência e tecnologia e implicações para o letramento científico e

tecnológico. **Revista Eletr. de Extensão**, Florianópolis, v. 13, n. 24, p. 19-36, 2016.

LIMA FILHO, B. F.; GOMES, C. S. A educação como artifício de mudança social e ingresso em universidades públicas. **Revista Eletr. de Extensão**, Florianópolis, v. 13, n. 22, p. 2-13, 2016.

NOGUEIRA, M. D. P. O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. **Interfaces: Revista de Extensão**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 35-47, jul./nov. 2013.

SILVA, C. F. M. et al. Relato de experiência de educação nutricional para o incentivo do consumo do pescado entre escolares do ensino fundamental em Palmas, Tocantins. **Em Extensão**, v. 16, n. 1, p. 140-149, 2017.

TORLIG, E. G. S.; RESENDE JUNIOR, P. C. **Projeto de controle social sob a perspectiva das dimensões da inovação social**: uma discussão sobre cocriação e o valor percebido pelos atores sociais. In: INTERNATIONAL RESEARCH SOCIETY FOR PUBLIC MANAGEMENT (IRSPM) ANNUAL CONFERENCE, 22., 2018, Edimburgo. Disponível em: <<https://tinker.uebs.ed.ac.uk/event/xxii-irspm-annual-conference-2018>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Anuário Estatístico da UnB 2017**. Disponível em: <http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=793:anuario-2017&id=56:anuario-estatistico&Itemid=742>. Acesso em: 27 jan. 2018.

Submetido em 5 de fevereiro de 2018.

Aprovado em 22 de março de 2018.